



Ministério da Educação – MEC

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira

Diretoria de Educação Aberta e a Distância – DEAAD

Programa Nacional de Administração Pública – PNAP

Curso de Bacharelado em Administração Pública

Maria José Silva Martins

Thamara Cavalcante Gomes

**ANÁLISE DOS FATORES QUE INFLUENCIAM O DESEMPENHO DAS
ATIVIDADES LEGISLATIVAS NUMA CÂMARA MUNICIPAL.**

Polo Redenção – CE
2016



Ministério da Educação – MEC

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira

Diretoria de Educação Aberta e a Distância – DEAAD

Programa Nacional de Administração Pública – PNAP

Curso de Bacharelado em Administração Pública

ANÁLISE DOS FATORES QUE INFLUENCIAM O DESEMPENHO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS NUMA CÂMARA MUNICIPAL.

TCC apresentado Curso de
Graduação em Administração
Pública como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Administração Pública.

Alunos: MARIA JOSÉ SILVA MARTINS
THAMARA CAVALCANTE GOMES

Orientador: Professor Geovani de Oliveira Tavares.

Polo Redenção – CE
2016

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

M341

Martins, Maria José Silva.

Análise dos fatores que influenciam o desempenho das atividades legislativas numa câmara municipal. / Maria José Silva Martins; Thamara Cavalcante Gomes. – Redenção, 2016.

20 f.; 30 cm.

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Curso de Administração Pública da Diretoria de Educação Aberta e a Distância – DEAAD da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Geovani de Oliveira Tavares.

Inclui referências.

1. Gestão pública. I. Título.

CDD 354

Agradecimentos

Maria Martins: Em primeiro lugar, ao mestre dos mestres, que me deu a vida, que me lançou ao mundo, que abriu cada porta e cada janela, que me faz acordar e deitar todos os dias, mesmo que eu não agradeça sempre, me ama e me faz renascer a cada amanhecer. Ao meu Deus, meu Pai, obrigada por me permitir chegar até aqui.

Foram quatro anos árduos, cheios de dificuldades, no principio tudo muito novo, tudo muito diferente do que estávamos habituadas, menos aulas, mas livros, menos professores, e mais você mesmo. Não foi fácil, não foi fácil conviver com as duvidas, e com as incertezas, a vontade de desistir bateu a porta por varias vezes, mas a vontade de vencer e o amor pelo curso foram maior, os incentivos dos amigos, dos orientadores e tutores foi intenso, e bem mais que isso foi a fé.

Nesses quatro anos vale á pena lembrar quem desde o principio me incentivou e é sem sombra de dúvidas o maior responsável por hoje eu estar cursando esse bacharelado, meu professor da escola e da vida, meu exemplo de ser humano e ser politico, um espelho que só me enche de orgulho á cada dia por sua dedicação aos seus eternos alunos, que ele faz questão de acompanhar e se preocupar mesmo após terem saído da escola, ao Professor José Bernardo de Araújo Torres, meu muito obrigado, obrigada por me ensinar que eu podia bem mais, obrigada por me mostrar esse universo maravilhoso que é a Administração Pública, obrigada por desde o principio ter me apoiado e acreditado em mim, meu sucesso tem em si sua grande parcela.

Lembro-me aqui, saudosamente de outro homem que conheci nos últimos quatro anos, outro ser humano que dar orgulho de dizer que conhecemos, José Targino dos Santos, popularmente conhecido como FACETA, que já não esta em nosso meio, mas que morreu lutando pelo seu povo, e me deixou o legado que apesar dele não ter podido estudar, era sábio, apesar de não conhecer muito das letras, conhecia muito da vida. Ele sempre me dizia que o estudo é o melhor espólio que alguém pode transmitir. Todos foram de extrema importância para a conclusão desse curso.

Thamara Gomes: Gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade que ele me deu para concluir minha formação, pela minha vida e por todas as bênçãos derramadas sobre mim. A minha querida Avó que hoje mora no céu, mas creio que esta muito feliz por esta conquista, aos meus pais e família pelo apoio, ao meu esposo pelo incentivo de sempre e por me ajudar a seguir em frente, e aos colegas de graduação que sempre me ajudaram quando precisei, só nós sabemos o quanto fomos persistentes e o quanto nos esforçamos para chegar aonde chegamos, merecemos vencer na vida por nossa garra e determinação, a Unilab por ter apostado em nós e nos oferecido esse curso, e a todos de uma forma direta ou indireta contribuíram para minha formação. Gratidão é a palavra que me define.

GOMES, Thamara Cavalcante, MARTINS, Maria José Silva. Análise dos fatores que influenciam o desempenho das atividades legislativas, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Polo EaD de Redenção – CE. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção, 2016.

Resumo

O presente trabalho tem por temática: “Que fatores contribuem para o bom desempenho de um vereador, em uma câmara municipal do Maciço de Baturité.” E por objetivo: identificar que fatores influem na execução das atividades dos legisladores municipais, e traçar um perfil simples de cada um deles, para tanto foi necessário realizar um estudo bibliográfico a fim de entender como teoricamente e legalmente deveria ser as funções de um vereador, para tornar possível um comparativo com a realidade, observada no acompanhamento da rotina dos mesmos, a coleta de dados além de bibliográfica também foi de campo, onde por vários meses nos fizemos presente nas mais variadas atividades realizadas pela câmara, observando e pontuando o que cada um falava ou fazia, foi necessário entrevista com funcionários, e com os próprios legisladores, e surgindo inclusive a necessidade de conversar com a população, na busca de responder novos questionamentos que foram surgindo no decorrer da pesquisa. No desenvolvimento da pesquisa foi diagnosticada que uma das maiores dificuldades dos vereadores em exercer suas atividades é o próprio povo, que os elegeu, porem não cobram, não fiscalizam e por vezes desconhecem ou ignoram as reais funções deles, dai á contradição, que faz com que a população transforme os legisladores em uma forma de suprir necessidades matérias em carência, como compra de medicamentos, pagamento de agua, luz entre outros. E para tanto se faz necessário uma campanha de caráter educativo, e de conscientização não para por fim a esse vicio de adquirir benefícios próprios, mas sim para incentivar a população a participar das atividades legislativas, para que passem a cobrar dos vereadores o seu real papel.

Palavras-chave: Vereador. Legislador. População

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. BREVES REFLEXÕES SOBRE O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	8
1.1 ADMINISTRADOR PUBLICO SOCIAL.....	9
1.2 PROCESSO ELEITORAL (CARGOS MUNICIPAIS.....	9
1.2.1 NACIONALIDADE.....	11
1.2.2 PLENO EXERCÍCIO DOS DIREITOS POLITICOS.....	11
1.2.3 DOMICÍLIO ELEITORAL.....	11
1.2.4 AFILIAÇÃO PARTIDÁRIA.....	12
1.2.5 CANDIDATURA DOS MILITARES.....	12
1.2.6 IDADE MÍNIMA.....	12
1.2.7 ALFABETIZAÇÃO.....	12
1.2.8 DESENCOMPATIBILIZAÇÃO.....	12
2. CAMINHOS DA PESQUISA	13
3. ESTUDO DE CASO: FATORES QUE INFLUENCIAM O DESEMPENHO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVA	15
3.1 A AVC – UNIÃO DOS VERADORES E CÂMARAS DO CEARÁ.....	16
3.1.1 SERVIÇOS OFERECIDOS PELA AVC.....	16
CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS.....	20

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema análise dos fatores que influenciam no desempenho das atividades legislativas. A escolha do tema se deu em função da relevância do assunto na sociedade e pela motivação de entender quais são os fatores que influenciam no desempenho das atividades dos legisladores. Nesse trabalho, nos propomos a analisar a rotina dos legisladores, pesquisar teoricamente sobre o assunto e confrontar os dois lados, levando em consideração conceitos escolaridade, grau de formação, experiência na vida pública. Dessa forma, questiona-se sobre a cobrança de uma qualificação ou alguma preparação para exercer o cargo, tendo em vista que para concorrer a uma vaga administrativa se passa por muito mais rigor, sendo assim todas as características são analisadas para entender se algum fator está comprometendo o resultado final do serviço prestado a população.

Os objetivos perseguidos passam pela análise da eficiência dos legisladores, quais deles são ativos e apresentam de fato o que lhes é proposto, para identificarmos de fatos se fatores detectados têm ou não influencia em suas atividades seja positiva ou negativa.

Para isso, nos valem de uma metodologia qualitativa pois procuramos comparar o que foi coletado em campo com o que foi estudado teoricamente. Nosso método se trata de um método prescritivo, racional, estruturado e sistemático para o desenvolvimento de um processo de melhoria contínua, uma vez que essa metodologia, em todas as suas fases, se propõe a prescrever como um problema deve ser analisado, estudado e, conseqüentemente, resolvido.

Por fim, tratamos do resultado através do que concluímos após a comparação entre a pesquisa que foi realizada em campo e os dados coletados na pesquisa teórica.

1. BREVES REFLEXÕES SOBRE O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.

No Brasil nos últimos anos a preocupação com a formação de nossos administradores só vem crescendo. Porque na maioria das vezes os investimentos feitos por nossos gestores não são notados pela população ou bem aplicados, pois nem todo cidadão tem acesso à aplicação desses recursos, satisfazendo algumas áreas em detrimento de outras. Tendo como causa principal, a falta de políticas públicas coerentes e condizentes com as necessidades do povo e de transparência orçamentaria, isso evidenciado durante anos. Algumas necessidades da população estão relacionadas ao trânsito, segurança, saúde, educação, criação de empregos e renda, e, principalmente, a qualidade de vida.

Assim como em qualquer organização, seja ela pública ou privada, os municípios precisam cada vez mais de profissionais qualificados na área de gestão, capazes de conduzir os trabalhos e desempenhar as tarefas, executando-as com eficiência e eficácia, para atender o interesse público de maneira satisfatória e transparente. O administrador público assume um papel fundamental diante da sociedade, por ser responsável pelo bom funcionamento das organizações públicas. Sendo assim, a formação deste profissional tem implicações diretas para o desenvolvimento do País. A administração pública hoje está consolidada com disciplina acadêmica, porém, como destaca Keinert (1996, p. 15), existe uma tendência a questionar a existência de cursos de graduação em administração pública.

Esta tendência carrega os resquícios de um período de severas críticas e questionamentos que tornaram extremamente desafiador o estabelecimento da administração pública no campo acadêmico. Assim, os cursos de graduação e pós-graduação em administração pública que podem hoje ser encontrados no Brasil sofreram algumas modificações durante o percurso turbulento a que esta disciplina se submeteu. Neste sentido, presente artigo se propõe a realizar uma análise curricular de alguns cursos de administração pública, bem como da literatura especializada, para responder à seguinte questão: qual é o nível de desenvolvimento da administração pública brasileira hoje e que conhecimentos e

habilidades devem ser dominados pelo administrador público atual para torná-la mais eficiente?

1.1 ADMINISTRADOR PÚBLICO SOCIAL

Todo e qualquer administrador publico deveria ter uma visão ampla voltada para o bem estar social, isso caracteriza a Administração Publica Social, que constitui uma área com importância e implementações de serviços voltados para o bem estar social, o administrador deverá ter o cuidado em suas decisões, pois elas podem afetar a vida de grandes grupos, para que isto não ocorra ele deverá ter em mente que uma de suas funções é conciliar competências políticas e parte técnicas (legislação), ou seja, dominar os tramites legais da esfera publica e conciliar os interesses com a sociedade. Sendo assim se entende que a Administração Publica Social é tudo que é voltado para a melhoria para o povo, sendo eles preparados para execução , planejamento e gestão de politicas publicas e organizações sociais, a implementações de programas de responsabilidades sociais, e a elaboração de programas governamentais.

Apesar de sua essencial existência e implantação, a Administração Publica Social como curso foi criada muito recentemente em 2009, desde então ele atua com o objetivo de capacitar os profissionais na gestão de trabalhos em secretarias, em empresas e nos serviços públicos, ele surgiu da necessidade de qualificar as crescentes demandas destes colaboradores e o resultado tem sido positivo.

1.2 PROCESSO ELEITORAL (CARGOS MUNICIPAIS)

O processo eleitoral é organizado pela justiça Eleitoral, ela que é responsável por organizar, fiscalizar e realizar as eleições.

No processo eleitoral existem varias fases; algumas mais conhecidas que as outras como a votação, totalização e divulgação dos resultados, porem a também as fases de cadastro eleitoral, candidatura, prestação de contas, logística eleitoral e ainda existem as fases de pós-eleições. A Justiça Eleitoral

também garante a segurança dos votos, promovendo a garantia da democracia, por esta razão o Brasil é referencia em eleições.

Isto se dá pro um critério importante, o uso da urna eletrônica, desde 200 vem sendo totalmente informatizadas as eleições. Para garantir ainda mais a segurança do voto, no Brasil desde 2014 vem sendo implantado o sistema biométrico de identificação do eleitor, isso significa mais um avanço.

No Brasil são eleitos aqueles que alcançarem a maioria absoluta dos votos (cinquenta por cento mais um), sendo excluídos da contagem os votos em branco ou nulo. Se dentre eles não tiverem alcançado a quantidade suficiente apra ser eleito, é promovido um segundo turno com os dois candidatos mais votados. Porem vale resalta que o segundo turno só ocorre em municípios com mais de duzentos mil eleitores.

Para entendermos melhor sobre as eleições e seus processos é preciso detalhar cada ponto. Como por exemplo, as legendas partidárias, quociente eleitoral e coligação; Nas eleições proporcionais, disputam os partidos de forma isolada ou em coligações partidárias. Para um partido ou uma coligação, conseguir uma vaga, por exemplo, na Câmara de Vereadores é necessário inicialmente ele alcançar o quociente eleitoral. Este quociente eleitoral é calculado da seguinte forma: você pega o número de votos válidos e divide pela quantidade de vagas que estão sendo disputadas. Por exemplo: Município com 3.00 eleitores Votaram validamente 2.700 Número de vagas na Câmara: 9 $2700 / 9 = 300$ que é o coeficiente eleitoral Ou seja, a cada 300 votos somados entre todos os candidatos do Partido ou Coligação, aquele ou esta fará uma cadeira, ocupado pelo candidato mais votado.

No caso de voto de legenda, estando coligado o Partido, somam-se todos os votos dos candidatos de determinada coligação, com os votos dados à legenda dos partidos que participam da coligação, e calcula o coeficiente eleitoral normalmente. E coligação politica nada mais é do que a junção de dois ou mais partidos, afim de fortalecimento na esfera politica. As coligações podem interferir em muitas coisas, entre elas o horário eleitoral, na definição dos eleitos. As vagas eletivas são distribuídas em proporção aos votos obtidos pelos partidos ou coligações partidárias. Ou seja, **quanto mais votos uma coligação ou partido receber, mais candidatos irão se eleger**. Esse sistema

faz com que um candidato com muitos votos ajude a eleger candidatos da sua coligação ou partido com menos votos.

No entanto, após entender e justificar vários dos pontos para ser candidato e eleger-me, fica claro que no sistema eleitoral não se exige nenhuma experiência no cargo ou na área que ira ingressar, apenas são exigidos alguns preceitos básicos;

Você deve Ter 18 anos completos e ser alfabetizado; Filiar-se a um partido político; Registrar sua candidatura na Justiça Eleitoral, de acordo com o período cabível (Geralmente o próprio partido é que colhe e encaminha a documentação necessária para registro); Fazer a devida propaganda de acordo com as regras eleitorais e por fim, aguardar as eleições. Porem há outra serie de requisitos para concorrer a um cargo legislativo.

Estes são alguns os requisitos legais para concorrer a vereador, eles estão dispostos na legislação eleitoral, na resolução n. 23.455/2015 do TSE definem o que é necessário para obter o registro como candidato e com isso, estar habilitado a assumir o cargo.

1.2.1 NACIONALIDADE

Os candidatos a Vereador deverão possuir nacionalidade brasileira a qual tanto, poderá ser originaria quanto, adquirida através de naturalização.

1.2.2 PLENO EXERCÍCIO DOS DIREITO POLÍTICOS

O candidato devera estar no pleno exercício dos direitos políticos, ou seja, devera estar apto a votar e ser votado. De recordar que, condenações judiciais em juízo criminal por improbidade administrativa e a incapacidade civil absoluta suspendem os direitos políticos.

1.2.3 DOMICÍLIO ELEITORAL

O candidato deverá estar inscrito na Justiça Eleitoral e, possuir domicilio eleitoral no município no qual pretende concorrer a pelo menos 01 ano antes da eleição.

1.2.4 FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Para ser candidato, o eleitor ou eleitora deverá estar filiado a um partido político há pelo menos 06 meses antes do dia da eleição. No caso, desde 02 de Abril de 2016. No entanto, é de assinalar, que poderá o estatuto partidário estabelecer prazo superior a ser observado.

1.2.5 CANDIDATURA DE MILITARES

Aos militares não se aplica o prazo de filiação partidária referida acima eis que, a condição de elegibilidade relativa a filiação partidária não é exigível ao militar da ativa que pretende concorrer a cargo eletivo. Ao militar bastará o pedido de registro de candidatura após prévia escolha em convenção partidária. No entanto, se o militar já estiver na reserva remunerada, é exigida a filiação partidária pelo prazo legal. Se a passagem para inatividade se der a menos de 01 ano deverá o militar realizar filiação partidária no prazo de 48 horas, contado da entrada em inatividade.

1.2.6 IDADE MÍNIMA

A idade mínima para ser candidato a vereador é de 18 anos, a qual deverá ser aferida na data limite para o pedido de registro, 15 de Agosto de 2016.

1.2.7 ALFABETIZAÇÃO

O candidato deve obrigatoriamente ser alfabetizado.

1.2.8 DESINCOMPATIBILIZAÇÃO

O candidato ao cargo de vereador deverá desincompatibilizar-se do cargo ou emprego público que exerça.

2. OS CAMINHOS DA PESQUISA

Esse estudo de caso não tem a pretensão de se vincular a estatísticas apenas, mas focar também na qualidade dos dados apresentados, realizando um confronto entre a teoria e a prática, dessa forma a pesquisa foi realizada em dois campos, sendo o primeiro de natureza bibliográfica, e o segundo sendo levado à prática. Existem muitos livros, e textos que tratam do ser vereador, em virtude de ser o cargo da administração pública social que acarreta mais complexidade em seu desempenho. A constituição federal, carta magna do nosso País, é a primeira que deve ser estudada, foi nela que passamos a ver e entender, as inúmeras leis existentes, onde o legislador, e somente ele pode criar, modificar e alterar essas leis, e para tudo isso é preciso se ter no mínimo um conhecimento prévio desses documentos, voltando mais para o município à lei orgânica municipal, ser faz cópia da constituição, apresentando, no entanto resumidamente as leis que afetam diretamente as questões municipais.

Para conhecer melhor a instituição pesquisada, e conhecer a burocracia que envolve suas atividades foi realizada a análise do “regimento interno da casa” livro complexo, que detalhadamente especifica tudo que um vereador necessita saber sobre seu trabalho, assim como orienta passo a passo, o que pode e o que não pode, sem sombra de dúvidas esse é o documento de maior relevância para esse trabalho.

Ainda realizando a pesquisa bibliográfica foram consultados os documentos oficiais da casa, como ofícios, requerimentos, projetos, a fim de analisar o nível dos trabalhos em desenvolvimento.

O conhecimento adquirido com tal pesquisa foi de fundamental importância para a conclusão da presente pesquisa, uma vez que foi extremamente necessário conhecer como deveria ser as atividades da Câmara, e ver como se dão na realidade.

A rotina legislativa é bem simples, normalmente os legisladores só precisam ir à câmara uma vez por semana, na data das sessões ordinárias. E foi nesse momento que o acompanhamento foi feito de forma, mas precisa, através da observação. O primeiro contato com os vereadores foi obtido através de um formulário escrito, com perguntas objetivas e simples, com o intuito de conhecer

previamente cada um deles, questionando assuntos como idade, escolaridade, grau de formação, experiências profissionais, motivação para o ingresso na vida pública, entre outros...

Em um segundo instante, foi realizada consulta com os funcionários da casa, com o objetivo de tentar entender na prática, como se dava a rotina fora das sessões ordinárias. O questionário foi gravado, com perguntas simples, como por exemplo, qual o papel do mesmo dentro da casa? Que tipo de ações e movimentos acontecem nos dias normais? Com que frequência ocorre a presença dos vereadores na casa, entre outras.

Era inevitável e indispensável a entrevista aberta com os senhores vereadores, afinal os mesmos são o foco e objetivo do presente trabalho, as dificuldades foram imensas, afinal eram 11 os entrevistados, e por vezes a recusa era bem mais do que a justificativa de falta de tempo, alguns apenas se negaram a falar. Dos 11 (onze) entrevistados, 6 (seis) nos concederam entrevista, que foi gravada e trazia perguntas abertas e questionários não totalmente pre-determinados, algumas perguntas surgiram em base de respostas que foram nos dadas.

Com o foco sempre de trabalhar as principais dificuldades, as buscas por conhecimento, e os anseios e medos de não estar desempenhando um bom trabalho.

3. ESTUDO DE CASO: FATORES QUE INFLUENCIAM O DESEMPENHO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVA

Quando se esta procurando artigos, livros e até mesmo textos sobre o ato de legislar opções não se falta, a cada livro lido só nos assustamos com a quantidade de material que temos a certeza que nem metade dos legisladores hoje domina todo esse material.

A constituição Federal em toda sua complexidade requer não somente leitura prévia, mas um conhecimento amplo para que tenhamos compreensão sobre o que ela expos, afinal ela nada mais é que a carta magna de nosso país, nela esta contida tudo que podemos, devemos e temos que fazer. Como Vereador é preciso ter ao mínimo domínio prévio sobre o assunto, afinal sua principal função é legislar, fazer com que as leis sejam cumpridas, altera-las e ate podem criar novas leis, desde que não desobedeçam em nada a constituição federal, dai voltamos a nossa pergunta pode ser um bom administrador publico legislativo alguém que não tem conhecimento sobre o assunto? Será possível realizar um bom trabalho sem ter embasamento teórico?

A lei orgânica é a constituição do município, portanto, é a Lei que representa a formação jurídica do ente municipal, constituindo-o como tal dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Direciona a elaboração de suas leis próprias, mas está subordinado à Constituição Federal. Na maioria das vezes nem a própria população tem acesso à Lei orgânica do seu Município ou mesmo sabe do que se trata. Questionamos alguns cidadãos para que nos explicassem o que seria essa lei orgânica do município e em sua totalidade obtivemos a resposta “não sei”.

O papel do Vereador também é de julgador e fiscalizador do poder executivo, para isso é preciso estar atento aos gastos públicos, à aplicação de recursos. Mas como fiscalizar sem conhecer os termos e as leis? Novamente a pergunta. Toda atividade exige treinamento para aprofundamento, e a preocupação com a formação dos vereadores já vem de muito tempo, porém não existe um projeto de âmbito nacional que aprimore os requisitos para a admissão a pleitos eleitorais.

3.1 A UVC - União dos Vereadores e Câmaras do Ceará

A União dos Vereadores e Câmaras do Ceará – UVC – surgiu inicialmente como Associação dos Vereadores Cearenses no ano de 1962, mas somente em 19/04/1985 foi registrada no Cartório Morais Correia, como a entidade das Câmaras, das Associações de Câmaras e dos Vereadores e das Vereadoras do Ceará.

A instituição iniciou com inúmeras dificuldades e de uma forma muito simples, congregando algumas Câmaras Municipais de nosso estado e prestando atendimento aos vereadores, hoje temos cerca de 90% dos vereadores do estado filiados à nossa entidade. Atualmente nossa sede está localizada no centro político da capital cearense, próximo à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Aqui disponibilizamos serviços de assessoria jurídica, assessoria legislativa, assessoria de imprensa e diversas outras vantagens. As parcerias com órgãos do governo e empresas privadas permitem aos vereadores filiados o acesso a serviços diferenciados e descontos especiais

O atual presidente da UVC, vereador César Veras, é natural de Camocim e atua na Câmara deste município. César foi eleito com 817 votos em um pleito histórico, com a participação de mais de 1.300 vereadores. Isso significa que a nossa classe e nossa entidade está ainda mais fortalecida e representada.

A luta em prol dos parlamentos e parlamentares municipais cearenses foi sempre a maior bandeira da UVC.

3.1.1 SERVIÇOS OFERECIDOS PELA UVC

Trata-se do único órgão de representação dos Vereadores e das Câmaras de Vereadores do Ceará;

Apoia os vereadores e servidores de Câmaras associadas em visitas oficiais na capital;

Vai ao encontro do vereador, participando de eventos e compromissos por todo o Ceará;

Incentiva o aprendizado contínuo e as boas práticas de gestão, através de nossos eventos e seminários;

Dispõe de assessorias capazes de acompanhar e orientar as discussões e decisões tomadas nos Órgãos Legislativos.

Assessoria Jurídica: Dispõe a todos os filiados, advogado para orientar, auxiliar e ajudar no que for possível em questões jurídicas, processos, documentos e demais dúvidas no assunto.

Assessoria Legislativa: Assessor legislativo apto a ajudar na formulação de projetos, documentos e tudo mais que envolver a atividade parlamentar.

Assessoria de Imprensa: Assessoria de imprensa para orientar as Câmaras e vereadores na divulgação de projetos, eventos, notícias e tudo mais que envolver comunicação e mídia.

Esse órgão tem sido de extrema valia para os legisladores, sendo usado como apoio para adquirir conhecimento, no entanto ainda é pouco acionado.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contribuições dos resultados da pesquisa

Chegou a hora de ir á campo e confrontar o que se levantou teoricamente com a pratica, o acompanhamento das sessões aconteceu semanalmente durante os 8 últimos meses, na medida possível foi possível comparecer a outros eventos pontuais ao calendário da casa.

As visitas foram de extrema importância porque através das observações podemos entender se o que os livros nos ensinaram está realmente expresso na realidade. Nas sessões ordinárias existe toda uma rotina, onde os passos são seguidos e cumpridos segundo o regimento interno. É escrita uma ATA onde tudo está registrado e ficara guardado resumidamente.

Durante as sessões os vereadores apresentam e votam projetos vindos do executivo, normalmente esses projetos são lidos com antecedência à sessão, e só resumido e votado em sessão. Alguns apresentam defesa e outra por vezes negação, vence a maioria. Nesses momentos notamos a divisão da casa em duas: o lado que apoia e defende o executivo, e o lado que se contrapõe e apresentam razões para tanto.

Um fator que é notado nessas discussões é “a questão partidária” que se torna bem presente e, portanto, mereceu destaque nesse trabalho. Nós questionamos sobre até que ponto essas questões interferem nas decisões tomadas. Dessa forma, nos indagamos no sentido de querer conhecer a intenção dos agentes políticos ali presentes. Qual o ponto de fusão entre o interesse público e o partidatismo exacerbado que enxergamos? Qual prevalece, o interesse público ou o interesse partidário?

Por raras vezes todos os vereadores se pronunciam, por vezes a maioria só observa, e espera o fim da sessão, as discursões giram em torno de três ou quatro, isso nos fez concluir hipoteticamente que nem todos tem a mesma preocupação pelos assuntos discutidos.

Os vereadores também podem apresentar requerimentos e ofícios requerendo ou cobrando algo para suas comunidades. Essas ferramentas tão pouco usadas e conhecidas são a forma, mas eficaz de fazer com que as reivindicações das comunidades possam chegar ate o poder executivo, se a

população tivesse o conhecimento sobre tal recurso estimularia os legisladores a usa-lo de forma a beneficiar seus eleitores.

Nossa pesquisa se deu a partir da questão: O bom desempenho das Atividades Administrativas no Setor Público está diretamente ligadas ao Grau de Conhecimento e Formação Teórica dos seus Administradores? E Que outros fatores podem interferi no bom desempenho de um legislador. Tendo em vista essa questão nos embasamos em autores que tem e reforçam a mesma ideia e os mesmos pensamentos. Para defender nossa questão pesquisamos em livros, artigos, sites fontes variadas.

O conhecimento é sim fator importantíssimo para o desempenho das atividades legislativas, no entanto questões como experiência, partidarismo, comprometimento com os eleitores, também contam bastante quando á questão é o trabalho do legislador.

REFERÊNCIAS

JACOBSEN, Alessandra de Linhares. Teorias da Administração II, Luiz Moretto Neto, 2 ed.reimp – Florianópolis , Departamento de ciências da Administração, UFSC,2012

JUNQUILHO, Gelson Silva. Teoria da Administração Publica. Florianópolis, Departamento de ciências da Administração, UFSC [Brasília]: CAPES: B,2010.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. Políticas Publicas e Sociedade. Florianópolis, Departamento de ciências da Administração, UFSC,2012.

TRIGUEIRO, Francisco Mirialdo Chaves. Teoria da Administração I. Neiva de Araújo Marques. 2 ed.reimp.- Florianópolis , Departamento de ciências da Administração, UFSC,

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. ZOUAIN, Deborah Moraes. Pesquisa Qualitativa em Administração: Teoria e Pratica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de estudo e de pesquisa em administração, 2 ed. reimp. - Florianópolis : Departamento de ciências da Administração, UFSC,2012.